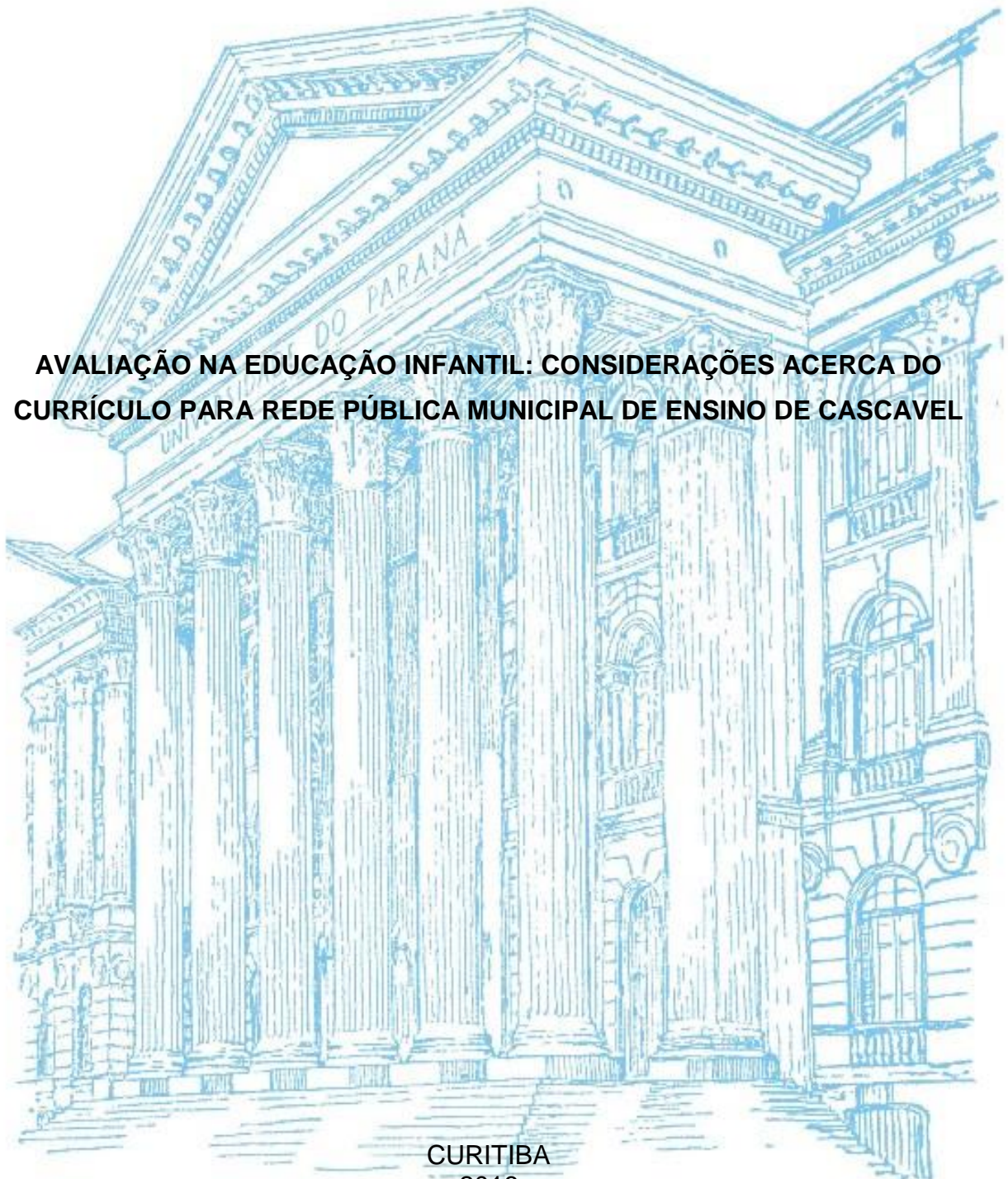


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MÁRCIA APARECIDA ALBANO

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO  
CURRÍCULO PARA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL**



CURITIBA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MÁRCIA APARECIDA ALBANO



**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO  
CURRÍCULO PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Profª Mestre Vivian Isleb Rodrigues

CURITIBA  
2016

# **AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO PARA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL**

MÁRCIA APARECIDA ALBANO

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de análise a avaliação na Educação Infantil. Investigou-se a concepção de avaliação expressa no Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, problematizando-se em que medida a avaliação na Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino de Cascavel, pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem das crianças. Como parte dos encaminhamentos metodológicos, realizou-se a análise documental do Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel bem como, a pesquisa bibliográfica sobre o tema investigado, baseando-se em autores que estudam o aprendizado e desenvolvimento infantil pautados na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica. Como resultado da análise foram identificados dois elementos que evidenciam a importância do ensino e da avaliação na Educação Infantil como: a valorização do desenvolvimento infantil partindo do pressuposto da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural e a compreensão da avaliação como instrumento de reflexão para o redimensionamento da ação pedagógica para a promoção da qualidade do ensino ofertado na Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil, Desenvolvimento Infantil, Avaliação na Educação Infantil, Processo de Ensino-aprendizagem, Prática Pedagógica na Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

A avaliação na Educação Infantil vem sendo uma prática adotada na medida em que, considera-se um instrumento importante para reflexão sobre a prática pedagógica no âmbito escolar, com o objetivo de atender e identificar as necessidades no processo de ensino e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos atendidas nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Compreende-se que nesta etapa de escolarização na Educação Básica, a avaliação é parte fundamental deste processo, pois proporciona ao professor subsídios para que o mesmo reorganize e repense sobre o fazer pedagógico, o qual está vinculado, intimamente, entre o cuidar e o ensinar.

No caso do município de Cascavel há uma concepção de avaliação expressa no Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, que preconiza a importância da compreensão sobre a concepção do desenvolvimento e periodização do desenvolvimento infantil de 0 a 5 anos e, portanto, não pode ser baseada apenas no olhar informal do professor que atua nesta modalidade de ensino. (CASCAVEL, 2008).

Além disso, o documento tem como premissa para a Educação Infantil promover situações de cuidado e ensino que proporcione o desenvolvimento integral da criança, reconhecendo que o acesso aos conhecimentos científico e cultural, passa a ser um direito da criança, a partir do momento em que as políticas educacionais lhe asseguram tal direito.

Com base nestes pressupostos, problematiza-se: em que medida a avaliação na Educação Infantil, na Rede Municipal de Ensino de Cascavel, pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem das crianças?

A partir deste pergunta norteadora, objetivou-se investigar como a avaliação pode contribuir para a prática pedagógica na Educação Infantil, visto que o processo avaliativo deve contribuir para a efetivação de um ensino com qualidade e o desenvolvimento infantil de maneira integral.

Como parte dos encaminhamentos metodológicos, realizou-se a análise documental do Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel bem como, a pesquisa bibliográfica sobre o tema investigado, baseando-se em autores que estudam o aprendizado e desenvolvimento infantil pautados na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica, e que defendem que o objetivo da

educação pública é transmitir os conhecimentos científicos, filosóficos e culturais, oportunizando as crianças, desde a mais tenra idade, o seu pleno desenvolvimento e humanização.

Para efeito deste texto, organizou-se e sistematizou-se o conteúdo em três seções. Primeiramente apresentaram-se breves considerações acerca do Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel. A segunda seção traz discussões sobre a concepção de avaliação expressa no documento curricular e, por fim, as considerações finais.

## **1. CURRÍCULO PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Compreendendo a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, no que tange o atendimento educacional das crianças de zero a cinco anos, é preciso ter o conhecimento acerca das Leis e demais documentos que norteiam a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) no Artigo 29, constitui a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade.

No entanto, mesmo diante dos avanços conceituais expressos em tal legislação educacional brasileira (ao inserir a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e ao trazer os aspectos importantes para o desenvolvimento infantil), não é possível afirmar que o acesso a essa primeira etapa se configure um direito a todas as crianças. A própria legislação trata da obrigatoriedade apenas na modalidade pré-escola, deixando facultativo aos municípios a modalidade creche.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (Brasil, MEC/SEF, 1998) propõem que, as instituições de Educação Infantil devem favorecer um ambiente propício ao aprendizado onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas e, ao mesmo tempo seguras para viver experiências prazerosas. Além disso, o documento acrescenta que quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais

ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesma, dos outros e do meio em que vivem.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, MEC/SEB, 2010) define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado, garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Especificamente no município de Cascavel, em 2008, foi elaborado um Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino, a fim de definir os pressupostos teóricos, encaminhamentos metodológicos, conteúdos e avaliação, ou seja, um método que buscasse direcionar todo o trabalho realizado no espaço escolar da Educação Infantil. Para orientar e colaborar na elaboração de tal proposta curricular do município buscou-se o embasamento teórico em autores representantes da psicologia histórico-cultural tais como, os psicólogos soviéticos Vigotski, Elkonin, Leontiev. Na pedagogia histórico-crítica os estudos basearam-se em Arce, Marsiglia, Martins, Pasqualini e Saviani. (CASCAVEL, 2008)

O Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – Educação Infantil está fundamentada em discussões acerca da concepção de desenvolvimento e periodização do desenvolvimento infantil, do processo de escolarização e da avaliação do aprendizado e desenvolvimento das crianças que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil. (CASCAVEL, 2008)

A concepção filosófica adotada na construção do documento curricular que orienta o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nos CMEIs do município, está fundamentada no método Materialismo Histórico-Dialético<sup>1</sup>, que propõe uma visão humanizadora do homem enquanto sujeito histórico, pois o homem apropria-se da produção cultural universal nas relações sociais, acumulando experiências interferindo na natureza de forma a garantir a sua sobrevivência. (CASCAVEL, 2008)

---

<sup>1</sup> Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história. (CASCAVEL, 2008)

Constam como alguns objetivos da organização curricular deste documento: contribuir para a compreensão acerca do desenvolvimento da criança, fundamentada na periodização do desenvolvimento infantil; a importância do trabalho pedagógico realizado nos CMEIs do município pautados na concepção da valorização do saber científico e cultural sistematizado e planejado; a importância do processo avaliativo das crianças atendidas nesta modalidade de ensino. (CASCAVEL, 2008)

A elaboração do documento curricular justificou-se pela necessidade de sistematizar um arcabouço teórico-metodológico que garantisse e possibilitasse a todos os envolvidos, no processo de escolarização das crianças, uma educação humanizadora, compreendida nas relações complexas que envolvem o homem e suas relações sociais.

No sentido de reafirmar as concepções e objetivos apresentados na proposta curricular dos Centros Municipais de Educação Infantil de Cascavel, implantou-se em 2013, a Deliberação nº 004/2013/CME/CVEL, que traz como objetivo nortear as competências e as atribuições da Educação Infantil, orientando as práticas nesta primeira etapa da Educação Básica que compreende, creche e pré escola.

De acordo com a Deliberação nº 004/2013/CME/CVEL no Artigo 4º, fica normatizado que,

§1º Dadas as particularidades do desenvolvimento da criança de até 5 (cinco) anos. A Educação infantil cumpre duas funções pedagógicas, indispensáveis e indissociáveis entre si, centradas na integralidade de cuidar e educar.

§2º Nas funções do cuidar e do educar, a Instituição de Ensino atende a criança em suas necessidades básicas, visando o desenvolvimento integral, possibilitando a aquisição dos conhecimentos científicos, considerando a criança sujeito ativo do processo. (CME/CVEL, 2013, p. 3)

O documento evidencia ainda no Artigo 69 que,

A Proposta Pedagógica da Educação Infantil respeitando a legislação vigente é concebida como um conjunto de prática que devem garantir as crianças tenham experiências variadas com as múltiplas linguagens, articulando as experiências e os saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio científico, cultural, artístico, ambiental e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 5 (cinco) anos de idade. (CME/CVEL, 2013, p. 25)

E no Artigo 71 pontua que,

A proposta Pedagógica da Educação Infantil deverá respeitar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, quanto aos princípios:

I – éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidade e singularidades;

II – políticos: dos direitos de cidadania do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III – estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (CME/CVEL, 2013, p. 26)

Sendo assim, analisando o que pressupõe os documentos legais que norteiam o ensino na Educação Infantil e o que preconiza o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, compreende-se que a criança deve ser reconhecida como sujeito de direito e, para tanto o trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de ensino precisam estar em consonância com o que dispõe tais documentos.

## 1.1 CORRELAÇÕES COM PRESSUPOSTOS TEÓRICOS ADOTADOS PELO CURRÍCULO PARA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL

A proposta curricular do município de Cascavel defende um processo educativo humanizador, que vai de encontro com as ideias de Saviani: “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, apud CASCAVEL, 2008, p.8)

Contudo, para reafirmar a relevância do ensino pautado na transmissão dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, as concepções abordadas na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural, defendem a importância do ensino na Educação Infantil ser intencional e planejado, ou seja, o ato de transmitir aos alunos o conhecimento sistematizado, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento integral das crianças atendidas. (CASCAVEL, 2008)

Algumas das autoras da perspectiva da pedagogia histórico-crítica afirmam que “o trabalho pedagógico é sempre um ato intencional, dirigido, que envolve a transmissão de conhecimentos.” (ARCE; MARTINS, 2007, p. 30). Assim, o

profissional que atua nesta modalidade de ensino precisa ter claro que o processo de ensino-aprendizagem é sempre intencional desvinculado da ação espontaneísta.

Diante disso, a proposta curricular adotada pelo município preconiza o comprometimento com a formação do sujeito nos seus aspectos filosófico, científico e artístico e, isto se dá pela interação social e a transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo dos tempos. (CASCAVEL, 2008)

A importância de ter claro o objetivo da opção em adotar a concepção da pedagogia histórico-crítica para direcionar o trabalho pedagógico na Educação Infantil, se faz necessário, pois de acordo com MARSIGLIA (2011, p. 24),

É importante destacar que o saber das crianças, baseado em suas experiências do cotidiano, pode contribuir para a estruturação do início da ação pedagógica, mas não é condição para ela. Isto por duas razões: primeiro, porque as experiências dos alunos são baseadas no senso comum, referem-se ao conhecimento “em si” e a forma de conhecimento que a escola deve dedicar-se a desenvolver é o conhecimento “para si”. A segunda razão decorrente da primeira, é que a escola, dedicando-se ao saber erudito, nem sempre encontrará nos interesses imediatos e nos conhecimentos prévios dos alunos os conteúdos que a escola deve transmitir e isso não significa que por isso não deva criar as necessidades e oferecer os conhecimentos históricos e elaborados.

O documento curricular para foi elaborado pensando em constituir uma unidade de orientação ao trabalho pedagógico desenvolvido na Rede Pública Municipal de Ensino, contribuindo para a ação docente que necessita ser direcionada de forma criteriosa e consciente conforme exposto da seguinte maneira no documento:

A intencionalidade e o rigor na definição do método para o desenvolvimento da ação docente visam garantir que a escola cumpra verdadeiramente seu papel e não se perca em armadilhas criadas por correntes pedagógicas imediatistas e pragmáticas, que atrelam o significado e o sentido da aprendizagem dos conteúdos escolares ao utilitarismo alienante do cotidiano da sociedade capitalista. (DUARTE, apud CASCAVEL, 2008, p.8)

Sendo assim, o Currículo leva em consideração que todo o conhecimento deve se dar num processo educativo, intencional e com tratamento científico do conhecimento a ser transmitido, portanto, intencional e planejado. Para tanto preconiza que o educador necessita estar em constante formação para exercer de forma clara e com objetividade a sua prática pedagógica. (CASCAVEL, 2008)

E conforme preconiza a concepção teórica do documento curricular:

O conhecimento num processo educativo intencional implica: reconhecer a objetividade e a universalidade do conhecimento; reconhecer o caráter histórico deste conhecimento, o tratamento científico do conhecimento na organização do currículo e a vinculação dos conteúdos com as exigências teóricas e práticas da formação dos indivíduos. (CASCAVEL, 2008, p.8)

Parece que a opção adotada pelo método teve como objetivo expressar um projeto de educação, de sociedade e de homem compreendendo o desenvolvimento histórico dos homens e coloca a escola como responsável pela transmissão dos conhecimentos científicos, filosóficos e culturais a todos que nela estão inseridas, incluindo as crianças que frequentam a Educação Infantil desde a mais tenra idade.

Para fundamentar a ideia de que a criança, desde muito pequena, é transformada por meio da aquisição da cultura socialmente acumulada, sendo este um processo importante para o seu desenvolvimento e humanização, PASQUALINI (2011, p. 77) afirma que,

em uma perspectiva histórico-cultural e histórico-crítica, a finalidade da educação escolar na primeira infância e idade pré escolar é transmitir a toda a criança, o patrimônio cultural do gênero humano, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento humano nas máximas possibilidades colocadas para cada faixa etária.

Considera-se neste discurso, que o Currículo para a Educação Infantil coloca-se em oposição às práticas pedagógicas espontaneístas, assistencialista e antiescolar. Diante disso, fundamenta-se no documento, a pedagogia histórico-crítica que preconiza uma educação que se relacione dialeticamente com a realidade, devendo ser uma educação comprometida com a realidade social e a psicologia histórico-cultural que entende o homem como um ser histórico que humaniza-se por meio de suas relações com o mundo natural e social. (CASCAVEL, 2008)

Partindo desta perspectiva, o Currículo pressupõem que,

a transmissão planejada dos conhecimentos historicamente sistematizados deve iniciar-se já na Educação Infantil que é a primeira etapa da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade. Considera-se assim que o acesso ao conhecimento é um direito da criança pequena, bem como o respeito as particularidades de sua faixa etária no atendimento educacional.(CASCAVEL, 2008, p. 6)

Essa reflexão expressa no documento curricular adotado pela Rede Municipal de Ensino corrobora para a finalidade da Educação Infantil em propor estratégias claras e objetivas e que proporcionam o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Da mesma forma em que ARCE (2010, p. 43) pontua,

Colocar o ensino como eixo articulador do trabalho pedagógico na educação de crianças menores de seis anos significa afirmar que a instituição de educação infantil é uma escola, e isso não é perverso. As crianças são alunos (aprendizes), e o trabalho pedagógico tem como pilar a transmissão de conhecimento para revolucionar o desenvolvimento infantil sem perder de vista as peculiaridades do mesmo.

Assim, a Educação Infantil preconizada e fundamentada na proposta curricular para Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Cascavel, reconhece a criança como sujeito de direitos, sendo o maior direito o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, para tanto, a prática do professor da Educação Infantil deve ser pautada na garantia da socialização dos conhecimentos científicos, artísticos, culturais e filosóficos valorizando a criança como sujeito histórico.

## **2. A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NO CURRÍCULO PARA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CASCAVEL**

A avaliação tem sido uma prática presente nas diversas esferas da vida, principalmente, na esfera escolar. No entanto, a compreensão da avaliação escolar necessita estar vinculada a compreensão das relações sociais, pois sem entender as contradições inerentes ao modelo econômico social vigente na nossa sociedade, o processo avaliativo nas instituições públicas de ensino, acaba por se tornar apenas um processo técnico.

O Currículo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel preconiza que,

A avaliação só tem função social quando está intimamente vinculada a um projeto de vida para os homens. Educa-se, ensina-se, para a sociedade que se deseja ver transformada. Se não existe projeto de vida para os homens obterem o que ainda não foi alcançado, não há necessidade social de avaliação a não ser a de preencher com

notas os boletins curriculares individuais. (SEED/PR, apud CASCAVEL, 2008, p. 55).

Partindo deste pressuposto, a avaliação necessita ser pensada como parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem, visto que, é neste momento da prática pedagógica que se verifica o nível de apropriação dos conteúdos pelo aluno, sendo este, o ponto de partida para o redimensionamento da ação pedagógica do professor, reorganizando a ação sempre que necessária, a fim de obterem-se melhores resultados no que tange ao processo de ensino e aprendizado.

Considerando a avaliação um importante instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica, no contexto da Educação Infantil, entende-se que esta prática contribui para o repensar do fazer pedagógico colaborando com o objetivo de identificar quais intervenções são necessárias para promover o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos atendidas nos CMEIs, identificando seus avanços e suas dificuldades em relação ao que se espera em cada período do desenvolvimento infantil.

De acordo com o disposto no Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino e Cascavel, a avaliação deve ter a função diagnóstica e não classificatória e, constituir-se numa prática dialética entre o processo de ensino e a apropriação do conhecimento pelo aluno, lembrando que a comparação dos avanços devem ser apenas com a criança avaliada e não em relação as demais crianças, ou seja, respeitando as particularidades de cada uma delas. (CASCAVEL, 2008)

Conforme pressuposto no Art. 31 da LDBEN nº 9394/96 “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. (BRASIL, 1996, p.22). A partir deste pressuposto, a avaliação educacional precisa ser compreendida pelo professor de Educação Infantil, como uma forma de observação sistematizada e de respeito acerca do desenvolvimento do aluno, para tanto, conhecer o que o aluno aprendeu, se aprendeu e o que ainda precisa aprender levando em consideração as especificidades da modalidade creche e pré escola e, contudo, as particularidades da faixa etária atendida.

Para cumprir com o que preconiza o artigo 31 da LDBEN nº 9394/96, a prática avaliativa indicada para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, é de registrar os avanços e as dificuldades em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das crianças, em forma de pareceres descritivos, portfólios com as

produções individuais e preenchimento da ficha avaliativa individual do aluno<sup>2</sup>. (CASCAVEL, 2008)

O documento curricular aborda ainda que para ensinar o professor necessita compreender quais instrumentos de avaliação serão utilizados durante o processo de ensino e aprendizagem, e que os resultados obtidos também serão utilizados para a sua auto avaliação, a fim de redimensionar a prática pedagógica propondo novas metodologias de ensino. (CASCAVEL, 2008)

Importante ressaltar que a avaliação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como orientadora da ação pedagógica, pois o professor precisa ter claro que todo o processo de avaliação deve contribuir para o avanço na aquisição do conhecimento por parte do educando e, conseqüentemente, promover seu desenvolvimento. (CASCAVEL, 2008)

Apesar de ser recente a discussão sobre o processo de avaliação nesta etapa da Educação Básica, o documento curricular da rede de ensino dispõe que as instituições de Educação Infantil do município devem garantir propostas pedagógicas que garantam um trabalho que vise o desenvolvimento integral da criança e, por conseguinte, se discuta a avaliação com vistas ao acompanhamento e o registro sobre suas conquistas e possibilidades, respeitando, ainda, as especificidades desta modalidade de ensino. (CASCAVEL, 2008)

As orientações contidas nos diversos documentos legais como a LDB 9394/96 e a Deliberação nº 004/2013/CME/CVEL que norteiam a Educação Infantil no município consideram a criança como centro do planejamento escolar, tendo o mesmo como sujeito histórico e de direito e que nas interações sociais e nas práticas cotidianas escolares, devem ser vistos como sujeitos históricos e produtores de cultura. (CASCAVEL, 2008)

Portanto, a avaliação do processo escolar nesta modalidade de ensino, no que discorre sobre o ensino e a aprendizagem, a Deliberação nº 004/2013/CME/CVEL, no Artigo 76 afirma que,

---

<sup>2</sup> A Ficha Avaliativa Individual do aluno é preenchida semestralmente pelo professor regente da turma, após o pré-conselho do segundo e quarto bimestre. Os alunos das turmas de Berçário e Maternal I são avaliados levando em consideração os critérios avaliativos elencados na Ficha Avaliativa Individual considerando os aspectos do Desenvolvimento da Linguagem Oral, Desenvolvimento Motor e das Percepções Auditiva, Visual, Olfativa, Gustativa e Tátil. Os alunos das turmas de Maternal II e Pré I são avaliados conforme as áreas do conhecimento por meio das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física. (CASCAVEL, 2008)

a avaliação da aprendizagem tem como referência o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si, de modo integrado e articulado com os princípios definidos para a Educação Infantil, para cada uma de suas faixas etárias, bem como no Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino. (CME/CVEL, 2013, p. 28)

No Artigo 78, inciso 2 elenca que:

O jogo e o brinquedo, por meio da mediação do adulto, representam formas de aprendizagem importantes a serem utilizadas com as crianças, uma vez que articulam o conhecimento em relação ao mundo, estimulando a criatividade e autonomia da criança, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. (CME/CVEL, 2013, p. 29)

Com base nos estudiosos que teorizam sobre a concepção e periodização do desenvolvimento infantil, o processo de ensino-aprendizagem e a avaliação das crianças de zero e cinco anos, o documento curricular considera que,

a avaliação é parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem. É o momento em que se verifica o nível de apropriação dos conteúdos pelo aluno, sendo o ponto de partida de acompanhamento e reorientação permanente da prática docente, como forma de comprovar se os resultados foram alcançados, a partir de objetivos previamente definidos. (CASCAVEL, 2008, p. 55)

A proposta curricular destaca a mediação entre o adulto e a criança no sentido de colaborar para que a mesma adquira o conhecimento e, supere o senso comum passando a reelaborar o seu saber, num saber sistematizado que é o objetivo principal da escola, a avaliação passe ser a dialética entre o senso comum e o conhecimento científico. (CASCAVEL, 2008)

Neste sentido, a avaliação adquire um novo olhar, pois é preciso uma intencionalidade estabelecida a partir de critérios e objetivos bem definidos para a análise da sociedade, da escola e do processo ensino-aprendizagem, sendo este, um recurso fundamental para a melhoria da qualidade do ensino.

Para propor um melhor entendimento sobre a importância do processo avaliativo na Educação Infantil, pesquisaram-se autores, tais como Hoffmann, Libâneo, e Luckesi que discorrem sobre o processo avaliativo das crianças que frequentam as instituições de ensino da Educação Infantil.

Para HOFFMANN (2012, p. 26) a ação avaliativa,

precisa considerar as crianças em sua diversidade: sua realidade sociocultural, sua idade, suas oportunidades de conhecimento, etc., e a diversidade dos professores que atuam com elas. Muitas de suas percepções, o que essas pensam sobre as crianças, podem revelar o grau de importância que atribuem ao espaço institucional em termos do futuro dessas crianças e em relação ao seu desenvolvimento global, nem sempre considerados.

De acordo com a autora o profissional que atua nesta modalidade de ensino necessita considerar a criança em todos os seus aspectos, visto que na Educação Infantil, o mais importante é promover situações de aprendizado e não classificar as crianças conforme seu grau de aprendizado. (HOFFMANN, 2012)

Para LUCKESI (2008, p. 32) “a avaliação educacional deverá manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora”. Para o autor, avaliar é investigar a qualidade da realidade, ou seja, avaliar para obter-se um resultado mais satisfatório do que foi conquistado pelo aluno. (LUCKESI, 2008)

Neste sentido avaliação escolar, além de fazer parte do processo de ensino, visa corresponder aos objetivos proposto nele mesmo, portanto, é um instrumento que auxiliará o professor no seu planejamento diário e na sua prática pedagógica.

Assim, o professor deve-se valer de todos os instrumentos avaliativos valorizando toda e qualquer manifestação da criança, considerando-a como peça chave do seu fazer pedagógico. Desta forma, necessita elencar as estratégias de ensino, os recursos didáticos e os conteúdos a serem trabalhados, visando a apropriação por parte do aluno, transformando o conhecimento do senso comum no conhecimento sistematizado e mais elaborado.

No que tange a avaliação nesta modalidade de ensino, o documento curricular do município baseia o trabalho pedagógico e a prática da avaliação diagnóstica na Educação Infantil partindo do pressuposto que,

Os critérios para esta avaliação estão intimamente ligados aos objetivos que queremos alcançar em cada faixa etária. Objetivos estes que são estabelecidos no planejamento, pois a avaliação faz parte do mesmo e ela não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como orientadora da ação pedagógica. (CASCAVEL, 2008, p. 58)

O documento preconiza, ainda, que cada criança apresenta um ritmo de desenvolvimento e que o professor necessita estar atento durante a sua prática

avaliativa, ressaltando que é preciso levar em consideração os aspectos cognitivos e, não desconsiderar seu desenvolvimento integral.

Para HOFFMANN (2012, p. 30), “avaliar não é fazer um “diagnóstico de capacidades”, mas acompanhar a variedade de ideias e manifestações das crianças para planejar ações educativas significativas”. Desta maneira, a avaliação não deve ser vista como classificatória, mas como mediadora, pois partindo das percepções sobre o desenvolvimento da criança, no que tange a relação ensino e aprendizado, é possível que o professor com um olhar atento, redimensione sua prática contribuindo para que o grupo de crianças atendidas por ele, tenham as mesmas possibilidades de aprendizado e desenvolvimento.

LUCKESI (2008, p. 46) pontua que “Um educador, que se preocupa com que a sua prática educacional, esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente”. Para o autor, cada passo dado pelo professor necessita ser uma decisão clara e explícita, portanto, saber para onde está encaminhando os resultados da sua ação, pois avaliar é identificar impasses e buscar soluções, considera-se então a avaliação como um diagnóstico da realidade alcançada.

Partindo da ideia de LUCKESI (2008) sobre a avaliação educacional na Educação Infantil e, conforme pressuposto no documento curricular do município,

a avaliação diagnóstica compreende dois elementos fundamentais, a constatação e a qualificação do objeto que está sendo avaliado. Somente a partir da constatação é que se qualifica o objeto, atribuindo-lhe uma qualidade. (CASCAVEL, 2008, p. 56)

Segundo LIBÂNEO (1994, p. 196)

Podemos então definir avaliação como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondências destes com os objetivos propostos e, daí orientar a tomada de decisões em relação as atividades didáticas.

Para o autor a avaliação sem o caráter classificatório, favorece a Educação Infantil no sentido de ser um instrumento para verificação do aprendizado e desenvolvimento e, conseqüentemente, ser um instrumento de auxílio para o professor no redimensionamento da sua prática pedagógica que promove a qualidade do ensino ofertado. (LIBÂNEO, 1994)

Outro aspecto relevante abordado no documento curricular da Rede Pública Municipal de Ensino, é a importância que o professor tem em avaliar a sua ação pedagógica, sempre que necessário, pois a partir da realidade observada faz-se as intervenções necessárias, tendo em vista cumprir com o seu papel e atender as especificidades da modalidade de ensino, bem como as particularidades dos alunos atendidos.

Segundo VIGOTSKI “Ensinar uma criança aquilo que é incapaz de aprender é tão inútil como ensinar-lhe a fazer o que é capaz de realizar por si mesma.” (VIGOTSKI apud CASCAVEL, 2008, p. 39). Portanto, para atuar nesta modalidade de ensino é de suma importância o educador ter o conhecimento sobre a concepção e a periodização do desenvolvimento infantil para saber atuar de forma objetiva, intencional e planejada propondo o aprendizado e desenvolvimento integral da criança.

Desta forma, a avaliação na Educação Infantil é um processo intrínseco, pois está fortemente ligado a prática do ensino e ao aprendizado, por isso, é relevante identificar quais as contribuições da avaliação para repensar a prática pedagógica priorizando o acesso aos conhecimentos científicos e culturais que proporcionarão o desenvolvimento integral das crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na análise do documento curricular que norteia o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel e, demais textos que complementaram a fundamentação teórica deste trabalho, foi possível tecer algumas considerações acerca do desenvolvimento infantil, partindo da psicologia histórico-cultural sobre a periodização do desenvolvimento infantil das crianças de zero a cinco anos, da pedagogia histórico-crítica que entende a criança como sujeito histórico e com direitos de aprender, independentemente, da sua condição social e como a avaliação deve ser entendida como um instrumento que contribui para a prática

pedagógica do profissional que atua na modalidade da Educação Infantil, sendo esta a primeira etapa da Educação Básica.

Considerando-se a importância de compreender a criança nos seus períodos de desenvolvimento, como ela aprende e se desenvolve, percebeu-se que a avaliação na Educação Infantil veio para assumir um importante papel, pois tem como objetivo a observação, o diagnóstico da observação realizada em todas as manifestações da criança e, posteriormente a mediação que favorece a apropriação do conhecimento. Importante ressaltar que, conforme preconiza o documento, o professor deve ser aquele que organiza a atividade da criança promovendo, assim, seu desenvolvimento integral e, por conseguinte, contribui para a valorização e promoção da qualidade do ensino ofertado na Educação Infantil.

Sendo assim, ficou evidenciado que se faz necessário compreender a criança no seu processo de desenvolvimento, propor metodologias que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e utilizar os instrumentos avaliativos que favoreçam ao aluno as condições para superarem suas dificuldades e desenvolverem-se de forma satisfatória.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**ARCE**, Alessandra; **MARTINS**, Lígia Marcia, **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?; em defesa do ato de ensinar**. São Paulo: Alínea, 2007.

**ARCE**, A. O referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e o espontaneísmo: (re)colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico com crianças de 4 a 6 anos. In: **ARCE**, A; **MARTINS**, L. M. (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? Em defesa o ato de ensinar. 2.ed. Campinas: Alínea, 2010.

**BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/Listapublicações.action?id=102480&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em 20 jun. 2012

**BRASIL**. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998. v. 1 e 3.

**BRASIL**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

**CASCAVEL** (PR). Secretaria Municipal de Educação. Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel: Volume I: EDUCAÇÃO INFANTIL. Cascavel, PR : Ed. Progressiva. 2008

**CASCAVEL** (PR). Conselho Municipal de Educação. Deliberação nº 004, de 16 de outubro de 2013.

**HOFFMANN**, Jussara. **A Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

**LIBÂNEO**, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

**LUCKESI**. Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19ª ed. – São Paulo : Cortez, 2008.

**MARSIGLIA**, Ana Carolina Galvão, **A prática pedagógica histórico-critica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP : Autores Associados, 2011.

**PASQUALINI, C. c. Contribuições da psicológica histórico cultural para a Educação Escolar de crianças de 0 a 6 anos: desenvolvimento infantil e ensino em Vigotski, Leontiev e Elkonin.** Dissertação de Mestrado. Araraquara: UEPJMF, 2006.